ABASTECIMENTO

Sabesp diz que Mauá perde metade da água fornecida

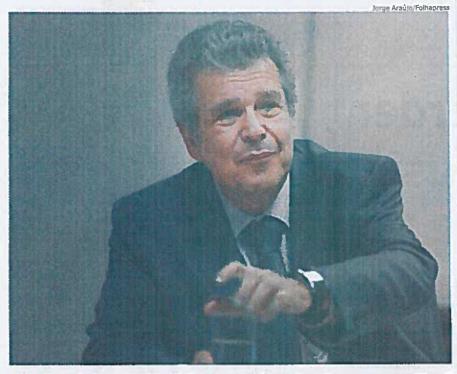
Sama diz que houve redução no fornecimento e acredita em acordo em 30 dias

ALINE MELO
aline@diarioregional.com.br

O impasse entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e o Saneamento Básico do Município de Mauá (Sama) continua sem solução em médio prazo, gerando declarações de ambos os lados. A Sabesp cobra dívida de R\$ 2,6 bilhões, referente ao pagamento da água enviada para a Sama, que contesta os valores cobrados por meio de ações judiciais que se arrastam há anos. A Sama vem afirmando que a Sabesp reduziu a vazão de água enviada ao município. A Sabesp, por sua vez, nega e acusa a Sama de não ter investido na rede, o que causa perda de 50% da água potável fornecida pela estatal paulista no atacado.

Em entrevista ao Diário Regional, o presidente da Sabesp, Jorge Kelman, afirmou que os problemas com a Sama têm caráter técnico e financeiro. Do ponto de vista técnico, uma rede sucateada e que não recebe investimento desde 1995, ocasiona perdas de quase 50% da água potável que é entregue, segundo o gestor. "A Sama tem dificuldade enorme em fazer a água chegar aos consumidores", afirmou. Kelman declarou também que a Sabesp iá se ofereceu para abastecer diretamente 50 mil moradores das áreas limítrofes da cidade. "Em dois meses de obra isso poderia ser resolvido", destacou Kelman, ao afirmar que não obteve resposta de Mauá.

O superintendente da Sama, Israel Aleixo, afirmou que essa é uma das possibilidades que vem sendo debatida



Kelman: "a Sama tem dificuldade enorme em fazer a água chegar aos consumidores"

entre as empresas. "Se abastece por São Paulo tem pressão e vazão maior. É uma possibilidade que estamos negociando. Temos de, juntos, ver como vai funcionar na prática. Não adianta falar que vai abastecer e continuar sem água. Queremos mecanismos que obriguem a manter o abastecimento. Sobre a rede, Mauá lembra que essa foi uma "herança" deixada pela estatal, que operava o abastecimento na cidade.

Dívida

Com relação à divida de R\$ 2,6 bilhões, Kelman acusou o governo de procurar acordos irreais. "O prefeito Atila quer desconto de 90% da dívida e parcelar o restante para começar a pagar daqui a sete anos. Isso não tem condições. A Sabesp concorda em parcelar, em décadas até, mas com outros termos", pontuou.

Ainda de acordo com o presidente, a Sama paga hoje 4% da fatura. Israel rebate que não existe consenso sobre os valores. "Primeiro precisa ver o valor alegado pela Sabesp. Se tem tanta certeza, por que não executa a dívida? ", questionou. No entanto, Kelman afirma que R\$ 650 milhões já são em precatórios que a cidade terá de pagar.

O presidente da Sabesp afirmou, ainda, que o valor da água por atacado é definido pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp), e que é um preço justo. "Tanto é que outras cidades pagam. Aliás, o consumidor de Mauá também paga, mas a Sama não repassa. Essa inadimplência compromete a prestação de serviço para outros clientes", completou. O superintendente do Sama respondeu que os valores pagos como lucro aos acionistas poderiam ser utilizados para atender esses clientes.

Sobre a queixa da Sama de que a vazão de água tem sido diminuída, Kelman afirmou que em 2015 entregava 950 m³ por segundo e em 2017 são 1.100

m³ por segundo, que somado a água de reuso das indústrias chega a 1.500 m3 por segundo. Aleixo contesta e diz que a vazão de 2013 era maior que a de 2018 e que o envio de água começou a ser reduzido em 2015 por conta da crise hidrica e não retornou aos patamares anteriores. "Água de reuso não é potável. Não faz sentido incluir isso na conta", argumentou. Fato negado por Kelman ao explicar que as indústrias reduzem o consumo ao utilizar a água de reuso.

Kelman concluiu dizendo que a Sabesp sempre colocou na mesa de negociações a possibilidade de assumir integralmente o serviço de água na cidade, mas que as condições têm de ser justas. Na tarde de ontem (22) foi realizada outra reunião entre as partes e, apesar de tantas divergências, Aleixo avalia que estão caminhando para uma solução. "Continua o diálogo, está avançando, mas ainda sem acordo. Talvez no próximo mês a gente tenha uma solução", afirmou.